

26.04.2017 – 12h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Delegação de membros da Comissão de Educação, Ciência, Cultura, Direitos do Homem e Petições do Senado da República Checa
Identificados na [página da Comissão](#).

Recebidos por: Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP, que presidiu à reunião) e outros Deputados identificados na [página da Comissão](#).

Assunto: Educação pré-escolar, alunos com necessidades educativas especiais, financiamento das escolas, ensino da matemática e condições e carreiras dos professores.

Exposição: A Vice-Presidente da Comissão, Deputada Ana Rita Bessa (do CDS-PP, que presidia à reunião) cumprimentou os elementos da delegação, dando as boas vindas e referindo alguns factos que aproximam a República Checa e Portugal no que à educação diz respeito: os resultados do PISA dos 2 países, idênticos na disciplina de Matemática, a proximidade da língua materna e o facto de muitos alunos portugueses frequentarem a Faculdade de Medicina da Universidade de Praga.

Os membros da delegação agradeceram a audiência e enquadraram a matéria, referindo, em síntese, a existência de um desacordo político sobre o futuro da educação na República Checa, defendendo a educação como preparação para o emprego, enfatizando que muitos empregos não existirão no futuro e questionando se a educação deve ser pragmática ou para a vida inteira.

Interveio depois a Deputada Ana Mesquita (PCP), defendendo a aposta na resposta pública, considerando a educação pré-escolar muito importante e referindo que apresentaram um projeto de lei para universalização da educação para as crianças a partir dos 3 anos de idade. Referiu ainda a relevância da diminuição do número de alunos por turma, especialmente para os que têm necessidades educativas especiais, do financiamento público e da valorização da Escola Pública, bem como o papel da Educação na formação da cultura integral do indivíduo e para toda a vida.

O Deputado Pedro Alves (PSD) defendeu que a escola pública deve ser de qualidade, rigorosa e que procure alcançar a excelência na educação. Indicou que o ensino está orientado para as competências dos alunos no final, embora este modelo comece a ficar esgotado, porque não dá igualdade de oportunidades a todos os alunos. Realçou também a importância de se conhecerem as capacidades de cada um e de não se preparar apenas para o emprego.

Considerou ainda que a escola deve ser inclusiva e realçou o alargamento da escolaridade até aos 12 anos e do pré-escolar a partir dos 3 anos, referindo que este ano já inclui as crianças com 4 anos. Referiu que a rede escolar é oferecida pelo Estado e ainda em parceria com a



rede particular e social. Defendeu o desenvolvimento da integração dos alunos com necessidades especiais, a identificação dos casos o mais cedo possível, e indicou que há falta de recursos humanos para o acompanhamento, o que dificulta a articulação entre os vários ciclos e disciplinas.

Considerou a necessidade de os alunos terem mais autonomia à saída da escola e de as escolas terem mais autonomia e defendeu que o sistema educativo não deve ser dirigista, de cima para baixo, devendo ter a intervenção da sociedade. Informou que o Governo anterior, de 2011 a 2015, reforçou o ensino das disciplinas de Português e Matemática, com mais horas, definiu as metas curriculares e instituiu exames no final de cada ciclo, o que teve efeitos na melhoria dos resultados dos alunos no 4.º e 5.º ano. Discordou da atual falta de exames, que gera abandono escolar.

Por último, mencionou que a diminuição demográfica, com redução do número de alunos, tem reflexo na baixa do número de professores. Indicou ainda que o acesso à carreira é simples e a progressão é automática ou condicionada às vagas existentes.

A Deputada Odete João (PS) defendeu que a escola deve formar jovens com competências, conhecimentos, bons cidadãos, autónomos e capazes de atuarem num mundo em mutação. Referiu que o PS dá muita importância à escola pública e à possibilidade de esta desenvolver a igualdade de oportunidades.

Considerou que os jovens devem ter uma educação de base alargada, havendo ensino profissional a partir dos 15 anos de idade, no âmbito do ensino secundário, podendo este preparar para o mercado de trabalho ou para ingresso no ensino superior, havendo permeabilidade entre o ensino regular e o profissional.

Esclareceu que o PS dá importância a todas as disciplinas, para preparar os jovens para as áreas de que gostam, para que todos aprendam. Defendeu a educação pré-escolar a partir dos 3 anos de idade. Manifestou preocupação com os alunos com necessidades educativas especiais, referiu a redução para 20 do número de alunos por turma nesses casos e a necessidade de apoio por professores especializados.

Informou que as escolas públicas são financiadas pelo Estado e geridas por um diretor. Referiu que a escolaridade obrigatória é de 12 anos. Indicou que a falta de escola pública para todos levou à contratualização com escolas privadas. Reiterou ainda que o PS propõe o desenvolvimento de todas as áreas e disciplinas.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) defendeu depois a importância da coesão europeia na carreira de professores e indicou que em Portugal têm uma formação inicial ministrada nas instituições de ensino superior e formação contínua durante a carreira, ministrada nas mesmas instituições ou em centros de formação específicos.

Manifestou a preocupação do Governo e do PS com o envelhecimento da classe docente, informou que existem professores do quadro e outros contratados e defendeu que o sucesso educativo depende das boas condições de trabalho dos professores.

A Deputada Ilda Novo (CDS-PP) referiu que valorizam a escola pública e também o ensino privado, considerando que ambos são necessários para os pais e encarregados de educação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

poderem escolher o projeto educativo que quiserem, realçando que a existência de dois sistemas permite ver as vantagens de cada um. Informou depois que são adeptos da existência de exames no final de cada ciclo, para se perceber onde se está e ajudar as escolas e os alunos, pois a avaliação tem outra função que é incentivar os alunos e as escolas a melhorar. E conhecendo o resultado de cada aluno, melhorar a formação do mesmo.

Referiu o aumento da carga horária em Matemática, disciplina estruturante, tal como Português, não descurando a importância das outras disciplinas.

Informou que os vencimentos dos professores são pagos pelo Ministério da Educação, com exceção dos professores do ensino profissional, que são pagos por verbas comunitárias e elencou a proveniência do financiamento das escolas.

Referiu ainda que as carreiras dos professores estão congeladas há cerca de 10 anos e que tem havido várias alterações em relação às competências funcionais dos professores.

A terminar, a Vice-Presidente da Comissão, dando conta do tempo limitado de que dispunham, agradeceu mais uma vez a presença da comitiva da República Checa, aventou a hipótese de se manter o diálogo entre Deputados, através do email, e referiu que tinham ficado patentes as diferenças entre os vários Grupos Parlamentares da Assembleia da República, realçando, no entanto, que há uma procura de soluções que permitam a estabilidade no sistema.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#).

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2017

A assessora

Teresa Fernandes